

POR UMA ANTROPOLOGIA FORA DA LEI¹

FOR AN OUTLAW ANTHROPOLOGY

Jaime Amparo Alves²

RESUMO

Independentemente do nome que se dê, a antropologia-militante-engajada-ativista tem aceitado o desafio de repensar o desequilíbrio de poder no trabalho de campo e as contradições que emergem do fazer pesquisa politicamente comprometida. Aqui me atenho à antropologia ativista, ciente das nuances e especificidades geográficas de um campo heterogêneo demais, no qual a própria palavra “ativista”, que na academia gringa tenta demarcar uma ruptura prático-conceitual com a suposta neutralidade científica, pode não significar o mesmo para quem se afilia à corrente “militante” latino-americana, por vezes mais combativa e menos suspeita de certo progressivismo neoliberal. Para mim, antropologia ativista e antropologia militante são sinônimos na medida em que implicam autocriticidade e compromisso político com a emancipação da comunidade interlocutora para além da ‘colaboração’ instrumental mediada pela academia.

PALAVRAS-CHAVE: antropologia ativista; antinegitude; violência policial.

ABSTRACT

Regardless of the name given, activist-engaged-militant anthropology has accepted the challenge of rethinking the imbalance of power in fieldwork and the contradictions that emerge from conducting politically committed research while building a career. Here I will focus on activist anthropology, aware of the nuances and geographic specificities of an extremely heterogeneous field, in which the very word “activist,” which in the ‘academia gringa’ attempts to demarcate a political rupture with supposed scientific neutrality, may not mean the same thing to those who affiliate themselves with the Latin American “militant” current, which is sometimes more combative and less suspicious of a certain neoliberal progressivism. For me, activist anthropology and militant anthropology are synonymous insofar as they imply self-criticism and a clear political commitment to the emancipation of the interlocutor community beyond the instrumental “collaboration” mediated by academia.

¹ Este texto é uma tradução revisada e expandida de Alves, Jaime. “Outlaw/ed Anthropology”. *Em*: The Antiblack City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

² Professor Associado, Departamento de Estudos Negros. Afiliado, Departamento de Antropologia. Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. Email: jaimealves@ucsb.edu

KEYWORDS: activist anthropology; anti-blackness; police violence.

INTRODUÇÃO

Qual o lugar da antropologia nas lutas contra a violência estatal? Que tipo de fazer etnográfico se espera daqueles e daquelas de nós vindos de comunidades abandonadas pelo Estado e aterrorizadas pela polícia? Qual o lugar das anotações de campo e entrevistas quando o etnógrafo é não apenas membro do mesmo grupo racial que seus “informantes”, como também é um sobrevivente da guerra assimétrica do Estado contra sua comunidade? Fazemos uma “uma pausa” para anotações no local, ligamos o gravador para não perder uma citação-chave que cairia como luva na narrativa etnográfica? Como negociar entre a exigência de “produtos” pelo complexo industrial acadêmico e a urgência de ações concretas por populações cujas vidas estão na linha de fogo?

Embora muitas etnógrafas tenham lidado com esse conjunto de questões a partir de distintas orientações teóricas e contextos sociais (ver sobretudo Nordstrom; Robben, 1995), a antropologia ativista tenta abordar algumas delas convidando à autorreflexão sobre as implicações políticas da pesquisa acadêmica para as comunidades com as quais trabalhamos. Independentemente do nome que se dê, a antropologia-militante-engajada-ativista tem aceitado o desafio de repensar o desequilíbrio de poder no trabalho de campo e as contradições que emergem do fazer pesquisa politicamente comprometida. Aqui me atenho à antropologia ativista, ciente das nuances e especificidades geográficas de um campo heterogêneo demais, no qual a própria palavra “ativista”, que na academia gringa tenta demarcar uma ruptura prático-conceitual com a suposta neutralidade científica, pode não significar o mesmo para quem se afilia à corrente “militante” latino-americana, por vezes mais combativa e menos suspeita de certo progressivismo neoliberal. Para mim, antropologia ativista e antropologia militante são sinônimos na medida em que implicam autocriticidade e compromisso político bem definido com a emancipação da comunidade interlocutora, para além da ‘colaboração’ instrumental mediada pela academia.

EM DEFESA DA ANTROPOLOGIA ATIVISTA

De acordo com o antropólogo Charlie Hale (2008, p. 1-29), um forte defensor dessa abordagem, há vários desafios metodológicos e epistemológicos na condução da antropologia ativista. É necessário uma sensibilidade política para “ouvir” as demandas da comunidade, aprender das suas ações e pensar a pesquisa de acordo com seus reclamos; se renuncia à pretensa autoridade epistêmica pela qual a pesquisadora decide o quê e como pesquisar e se reconhece as interlocutoras como coprodutoras de conhecimento. Também se negocia com as temporalidades distintas da academia e dos movimentos sociais para priorizar os problemas urgentes do dia-a-dia que as pessoas encontram ao viver suas vidas.

Como os proponentes da antropologia ativista advertem, estas tensões temporais não são livres de contradições. Por exemplo, os programas de pós-graduação cada vez mais esperam que estudantes de antropologia participem das lutas sociais dos seus interlocutores, mas pouca atenção têm dedicado à parafernália burocrática da qualificação, exames e publicações, para não mencionar a composição das bancas e comitês. Qual o (não)lugar das pessoas-em-resistência na avaliação dos ‘produtos’ extraídos de suas vidas? A antropologia ativista timidamente aborda estas questões “técnicas”, ao passo em que a estrutura operativa destes programas segue intacta. Estudantes ativistas simplesmente se exaurem entre dois mundos que se chocam continuamente. Sejamos honestos, lidar com estes obstáculos institucionais já é em si um ativismo. Basta imaginar os percalços enfrentados por uma doutoranda nas suas tentativas infrutíferas de ter um jovem interlocutor da “biqueira” como membro da sua banca de qualificação. Na Escola de Austin, um experimento de vida curta e ainda assim altamente inovador, debruçávamos sobre estas questões por vezes incrédulos com nossa resiliência em lidar com o terreno pedregoso da burocracia acadêmica e nossa insistência em tirar leite de pedra quando os resultados eram sempre os mesmos. Simplesmente, a universidade não tem um plano ‘a’ ou ‘b’, ou ‘c’ para incluir nossas colaboradoras no processo de produção intelectual para além da interlocução. Interlocução, que não se engane, se converteu em palavra politicamente correta para suavizar as contradições do fazer pesquisa (ativista) sem reconhecer o devido lugar dos produtores de conhecimento na co-autoria, avaliação e validação dos nossos ‘produtos’.

Por uma Antropologia fora da Lei – Jaime Amparo Alves – p. 6-20

De todo modo, a pesquisa politicamente situada não é fácil. Exige paciência, humildade e um profundo senso de justiça epistêmica (Hale, 2008; Speed, 2006). Estes valores se esbarram com práticas institucionais que exigem o contrário: ‘publicar ou perecer’, estabelecer autoridade etnográfica e controlar o processo e o tempo de produção de conhecimento. Ainda assim, se é verdade que a antropologia ativista apresenta desafios, ela também oferece certas percepções exclusivas que faltam a etnografia tradicional por razões óbvias.³ Meu envolvimento com o movimento negro, por exemplo, me proporcionou a oportunidade de identificar questões urgentes que não teriam sido visíveis se eu tivesse seguido um caminho “tradicional” de unilateralmente identificar as perguntas, métodos e contexto de investigação. Os tipos de perguntas com as quais eu me debrucei seriam diferentes se eu não tivesse considerado minha experiência “situada” de ser um ativista (e homem, negro, nordestino e ex-morador de uma favela) como “lugar” legítimo para localizar e teorizar os fatos sociais. O sentimento convergente de raiva e frustração com a polícia e o alinhamento político com as organizações com as quais trabalhei em São Paulo informaram minha leitura dos processos depois postos a validação pelos interlocutores que ofereciam correções e outras possibilidades interpretativas. O ódio à polícia, por exemplo, não era um preconceito do pesquisador nativo enviesado, senão um ‘afeto’ coletivo, surgido do contexto de opressão, com os quais eu me identificava como um sobrevivente da quebrada.

Na verdade, as interpretações e percepções mais reveladoras que encontrei no “trabalho de campo” surgiram da luta política coletiva na qual eu era partícipe e aprendiz. Isso significa que, como Hale aponta, a pesquisa ativista abre espaço para um teorizar coletivo que se revela como “uma fonte privilegiada de inovação teórica” (2008, p.21). Ela fornece “percepções especiais, conhecimento interno e compreensão baseada na experiência” (Hale, 2008, p. 21) difíceis de se encontrar em ambientes de pesquisa tradicionais. Um exemplo prático aqui é a maneira como ativistas negros e negras entendem seus encontros com a polícia. Nos registros sociológicos, a violência policial é invariavelmente considerada um desvio funcional por policiais corrompidos por certa

³ Charlie Hale e Shannon Speed são autores que têm fartamente discutido as vantagens da antropologia ativista, sem negar os seus desafios práticos e conceituais (Hale 2007; Speed 2006). Ver também João Costa Vargas (2008) em sua reflexão sobre os desafios da pesquisa ativista em contextos de genocídio e autores/autoras no volume inaugural sobre antropologia ativista *Engaging Contradictions: theory, methodology and method of activist scholarship*, editado por Charlie Hale.

herança autoritária do período militar. Aos olhos das ativistas negras, o terror policial está em consonância com o projeto de sociedade brasileira que emerge do colonialismo e se reatualiza no nosso regime racializado de cidadania. A metáfora da maçã podre não se sustenta quando confrontada com a violência ordinária institucionalizada contra pessoas idosas, crianças, jovens e adultos das periferias. Contra as interpretações convencionais, meus interlocutores insistiam que “para os favelados a ditadura nunca acabou”. Como explorei em outras oportunidades, essa afirmação tem implicações profundas para qualquer pesquisadora consequente com o chamado da antropologia militante/ativista. Perguntas-chave que emergiram destes encontros incluíam: Que tipo de ações políticas são necessárias para que a ameaça à existência negra seja considerada ameaça à ordem democrática? O que resta de estratégias de ação política quando as estratégias de resistência também são colonizadas? Parafraseando Elis Regina, como o “político” se manifesta quando o sinal (o espaço da sociedade civil) está fechado para nós que somos negros?

FAZER ANTROPOLOGIA ENQUANTO NEGRO

Aqui é onde a coisa se complica. Embora a antropologia ativista tenha um potencial extraordinário como estratégia descolonizadora, questiono-me sobre os seus limites para responder a estas questões de maneira consequente com seu chamado por uma práxis transformadora. Meu argumento é que, apesar de sua incisividade, a antropologia ativista (e militante) ainda está presa a práticas institucionais que não conseguem ir além do espaço jurídico-normativo da sociedade civil. Quais são as implicações políticas e teóricas – para o trabalho acadêmico e para a vida das interlocutoras sob um estado de emergência permanente – quando aceitamos a gramática normativa da sociedade civil branca como o prisma (a lente) da interpretação antropológica?

Não desqualifico a antropologia ativista como “reformista” ou sugiro que toda pesquisa ativista segue o roteiro da sociedade civil⁴. Há diferentes formas de pesquisa

⁴ Essa crítica faz parte de um diálogo mais amplo sobre as dificuldades da pesquisa ativista em espaços liminares de opressão racial. Agradeço a João Costa Vargas, Charles Hale e Leith Mullings por seu engajamento perspicaz com essa crítica em outro lugar (em comunicação pessoal).

ativista para diferentes contextos de opressão, e abraçar a gramática dos direitos é importante em situações nas quais as habilidades técnicas da antropologia podem ser colocadas a serviço da comunidade. Podemos apenas imaginar o trabalho importante e necessário de antropólogas emprestando seus rigores técnicos em laudos para garantir a permanência de comunidades ameaçadas por megaprojetos de infraestrutura, ou a titulação de comunidades quilombolas e indígenas ou, ainda, o papel da antropologia forense em demandar justiça, reparação e memória histórica. O estar-junto, a que Nancy Scheper-Hughes nomeia como *antropóloga-companheira* em oposição à antropóloga-espectadora, representa uma ruptura de fato com extrativismo acadêmico e um compromisso claro com a emancipação humana (Scheper-Hughes, 1995, p. 419). Embora, no final das contas, os treinamentos e informações oferecidos pela comunidade são muito mais valiosos do que a contribuição de antropólogos intrusos (ainda que ‘companheiros’), a recusa a ser apenas um observador oniciente (uma perspectiva a que João Vargas chama de “fly-on-the-wall”) e, ao invés disso, participar ativamente nas tarefas diárias da organização (afinal, quem limpa o espaço, faz o café, atende o telefone, sai às ruas distribuir panfletos?) também representa esforços legítimos contra as relações extrativistas (Vargas, 2008, p. 172).⁵

A antropologia me permitiu navegar por alguns canais institucionais inimagináveis para um “suspeito padrão” que não passaria do balcão de informações de algum órgão público. Considere, por exemplo, minha interação com a Polícia Militar em São Paulo durante ‘trabalho de campo’.⁶ Após várias tentativas para entrevistar o alto comandante da instituição, fui encaminhado ao responsável pelo policiamento em uma das zonas da cidade. Desta vez, em uma solicitação por e-mail, enfatizei que era um pesquisador de uma universidade nos Estados Unidos. O tom cordial dos e-mails terminou, no entanto, quando cheguei ao posto de controle no prédio militar. Um policial mal-humorado me recebeu com suspeição. Somente quando dei a ‘carteirada’ mostrando minhas credenciais acadêmicas e o e-mail impresso de minha comunicação prévia com o comandante, o tom mudou e fui encaminhado por uma jovem oficial a uma sala onde

⁵ Estas podem parecer tarefas triviais sob a ótica arrogante da academia, mas são um primeiro passo a colocar os ‘recursos humanos’ a serviço da coletividade, recusando a posição cômoda da “mosca na parede” (Vargas, 2008, p. 172).

⁶ Notas etnográficas nesta seção e nas que seguem são apresentadas sem especificidade geográfica e com mudanças pontuais para garantir o anonimato das interlocutoras no contexto da violência policial.

aguardei meu entrevistado (aqui identificado por nome fictício como) comandante Pontarelli.

Na parede do escritório, uma foto de um homem branco, de bigode, aparentando estar em seus 50 anos e usando um uniforme com decorações militares denotava sua alta posição na hierarquia policial. Eu estava distraído na leitura do espaço quando o Comandante Pontarelli entrou na sala, acompanhado de quatro sub-oficiais. Levantei-me rapidamente e estendi a mão para cumprimentá-lo. O comandante não conseguiu esconder sua decepção com minha presença. Expliquei que eu era um pesquisador brasileiro formado em uma universidade estadunidense. Seu desapontamento foi rapidamente correspondido por sua curiosidade sobre como eu consegui estudar na gringolândia. Ele me encaminhou para um dos dois sofás no ambiente ao lado de sua mesa e pediu que eu me sentasse ao lado de seus quatro assistentes. O comandante não se juntou a nós. Em vez disso, seguiu sua rotina à frente do computador de onde fazia correções, acrescentava informações ou questionava um subordinado quando não era o suficiente incisivo em convencer-me sobre o papel “benigno” da polícia militar ou na denúncia das “injustiças” sofridas por sua instituição, vítima da mídia e “do pessoal dos direitos humanos”. Com base em seu desengajamento com minha presença, era óbvio que eu não era o pesquisador que ele esperava encontrar. Não se justificava tanto recurso humano mobilizado – quatro suboficiais e um comandante – para falar com um pesquisador com uma cara (e cor) tão familiar.

Mesmo com certa inveja de colegas antropólogos brancos com acesso privilegiado à polícia, os instrumentos da antropologia me permitiram confrontar o comandante e seus homens em um debate acalorado sobre as mortes pela polícia na região sob seu comando. Por exemplo, eu pude confrontar o que dizem as mães de jovens assassinados com as narrativas policiais, supostamente *re-agentes* das agressões injustas de jovens negros que laudos cadavéricos invariavelmente comprovam desarmados e mortos com tiros nas costas. É bem interessante que somente quando mencionei uma reportagem sobre a participação de policiais sob sua jurisdição em um esquadrão da morte, o comandante Pontarelli, que me ignorava, se juntou a seus subordinados no sofá e entrou na conversa pra valer: “Pare! Pare! Onde você ouviu isso? Da mídia? Não se pode dizer que eles eram da Polícia Militar. Quando fizeram aquela besteira, não estavam usando uniformes militares e não estavam de serviço”. Mostrei a eles um artigo de jornal com uma foto de

Por uma Antropologia fora da Lei – Jaime Amparo Alves – p. 6-20

doze policiais suspeitos de assassinar treze pessoas, incluindo os filhos de duas das minhas interlocutoras e emendei uma crítica sobre a divisão policial fardado *versus* policial fora-de-serviço. Um silêncio constrangedor se abateu sobre a sala. Um assistente pegou o jornal e o examinou atentamente. O comandante continuou: “Alguns casos podem ser verdadeiros. Não vou lhes dizer que é impossível que tenhamos policiais envolvidos. Mas vamos deixar claro que a Polícia Militar não tem nada a ver com isso. Não se trata de uma missão deliberada e intencional para sair por aí e matar esses caras. Vocês têm que entender isso”.

Embora não haja nada excepcional no meu encontro etnográfico com a polícia (e honestamente, não estou interessado no heroísmo barato do macho-antropólogo *a la* Indiana Jones), a antropologia ativista junto ao movimento negro e a minha experiência pessoal de morador da favela foram decisivos em minha perspectiva confrontacional naquele momento etnográfico. Eu não estava ali para testar o peso do racismo nas práticas policiais e muito menos me interessava mediar visões de mundo entre a polícia e suas vítimas, ou entender a subjetividade de policiais militares matadores (para uma crítica, ver Alves, 2022). Ainda assim, ao mesmo tempo em que os recursos da antropologia ativista estavam disponíveis e me permitiam trabalhar com organizações de direitos humanos na denúncia e busca dos restos mortais de jovens desaparecidos, ou nas incontáveis audiências públicas e protestos do movimento negro no centro de São Paulo, a militância requeria um engajamento e legitimização dos canais institucionais como espaços de disputa. Operando sob a lógica da sociedade civil, o antropólogo ativista-companheiro acessa canais importantes muitas vezes barrados às vítimas diretas do terror policial (muitas mães envelhecem e morrem em meio à batalha por justiça), mas estes canais nos provam todo o tempo sua insuficiência contra o genocídio negro.

Sem querer pedir à antropologia ativista o que ela nunca prometeu – talvez seus limites sejam inerentes à sua posição ingrata e liminar de estar com um pé na rua e um pé na institucionalidade (afinal, a universidade não é instituição alheia ao Estado) – vale a pena repetir a pergunta: qual o lugar da antropologia ativista nas interações com indivíduos, `as margens urbanas, que abraçam a desordem como forma de habitar a cidade? Mais especificamente, que sensibilidade etnográfica é necessária para, respeitando a ética profissional, escutarmos (mais que ouvir) o protesto de indivíduos que por suas ações põem em xeque os projetos estatais de gestão da pobreza e da dor? Esta

Por uma Antropologia fora da Lei – Jaime Amparo Alves – p. 6-20

parece uma pergunta retórica, mas não é. É pertinente particularmente para a profícua antropologia urbana que tem obcessivamente elegido o morro e a favela como territórios do fazer etnográfico. A ironia aqui é que a etnografia urbana tem se mostrado sensível ao sofrimento social das comunidades empobrecidas, reconhecido suas agências e participado de suas lutas...contanto que sejam lutas circunscritas ao tempo-espaço da ordem. O que fazer das agências ‘criminais’ (ainda que por vezes trágicas e reprodutoras de outras formas de dominação) que confrontam o ativismo radical da pesquisadora situada no campo normativo da sociedade civil organizada? E mais complicado: pode a antropologia ativista/militante militar nestes espaços fora-da-lei? A resposta óbvia é que “militar” com e a favor de sujeitos fora-da-lei para além do espaço seguro da academia (que nos brinda segurança financeira e status legal) significaria posicionar-se como sujeito perigoso, inimigo do estado, adotando assim o que Cathy Cohen chama de “uma política radical do desvio” (Cohen, 2004, p. 30), ou seja, uma política que reivindica a posição criminal/izada como um espaço legítimo para a ação política.

Obviamente *não* defendo o engajamento do antropólogo com os métodos violentos de muitos dos nossos interlocutores, principalmente os indivíduos no ‘mundo do crime’ a quem muito dos antropólogos urbanos devem suas carreiras. Deve ser obvio também que, ter raiva (e defender a abolição) da policia *não* é o mesmo que fazer apologia à violência contra as forças policiais. Ainda assim, se levarmos a sério os desafios que os sujeitos etnográficos nos põem com suas recusas cotidianas a serem governados, como poderia a antropologia ativista, como um esforço político comprometido em “colocar seus instrumentos a serviço do empoderamento de [nossas] comunidades (Hale, 2008, p. 3)”, considerar a ingovernabilidade em sua práxis decolonial? Se levarmos a sério a afirmação afro-pessimista de que o sofrimento e a vida política negra são ilegíveis no marco da sociedade civil, já que a sociedade civil é, para as pessoas negras, um teatro da dominação racial,⁷ então uma antropologia da vida política negra nas margens urbanas teria que enfrentar-se a si mesmo contra seu projeto refém da ordem branca colonial. Nos juntamos aos protestos? Invadimos as prisões e libertamos as pessoas encarceradas? Roubamos os

⁷ A crítica apresentada pela abordagem afro-pessimista é que o sujeito negro está alienado da participação na vida política porque sua relação com a política é de negação. O sujeito negro é uma referência negativa a partir da qual a própria vida política é imaginada e vivida (ver Hartman, 1997; Wilderson, 2010; Martinot; Sexton 2003).

ricos e socializamos as riquezas com os ‘da ponte-pra cá’? Conspiramos contra o poder e abraçamos a desordem como práxis abolicionista? Produzimos conhecimento insurgente e fugáz contra o Estado-etnógrafo? Embora estas sejam perguntas que qualquer antropóloga ativista consequente com o que diz acreditar enfrentaria, elas são questões mais caras para a antropóloga negra que apesar de enfrentar, diariamente, interpelações violentas por sua identidade racial, defende sua presença na academia como parte da luta coletiva na produção de conhecimento insurgente.

Fui forçado a lidar com essas questões muitas vezes e de diferentes maneiras por meus interlocutores, incluindo a mãe de um jovem negro desaparecido pela polícia na periferia paulistana. Dona Maria me questionou com raiva de que lado eu estava, quando a aconselhei a “estrategicamente” colaborar com as assistentes sociais e defensoras públicas que tentavam ajudá-la na busca de reparação financeira pelo assassinato de Betinho. Ele havia desaparecido anos antes e depois localizado em uma vala clandestina. Desde seu desaparecimento anos antes, a mãe negra vivia à base de medicamentos psicotrópicos esperando pelos trâmites legais que dariam a Betinho um enterro digno e, se o Estado não fosse tão mesquinho, uma pensão à família. Com ajuda de um amigo advogado reunimos mãe, defensora pública, assistente social e representantes dos direitos humanos em um escritório no centro de São Paulo para tentar uma indenização e sua inclusão no cadastro do aluguel social. Sem favas na língua, Dona Maria oscilava entre exibir as contas atrasadas de água e eletricidade, pedir justiça pelo assassinato do seu filho e recusar o corpo de Betinho em um saco plástico. Era realmente “difícil lidar” com seu temperamento explosivo. No ônibus de volta à quebrada, ela de mãos vazias e eu desmoralizado, discutíamos estratégias para quem sabe um melhor desenlace em encontro futuro. Era preciso ter calma e ganhar aliados, ponderei. Uma palavra *mal-dita* e Dona Maria apertou o meu braço violentamente repetindo o protesto feito minutos antes na sala da defensoria: “De que lado você está? Levaram o meu filho vivo. Não vou aceitá-lo em um saco de lixo. Meu filho não era indigente.” Era um desabafo desesperado de uma mãe devastada, uma exigência para que o estado de morte restituisse a vida, e era sobretudo um protesto contra o pesquisador-ativista-mediador por demasiado conciliador frente à sua perda infinita.

Em outra ocasião, fui acusado por jovens no “mundo do crime”, muitos dos quais com “passagem pela polícia” (ou seja, com documentada violência contra si), de ser um

Por uma Antropologia fora da Lei – Jaime Amparo Alves – p. 6-20

**ção que não aguenta o tranco, que “caga de medo de morrer”. Para outros, com linguagem menos agressiva, eu era apenas mais um “zé povinho” com minha fala mansa e sanitizada sobre direitos humanos e cultura de paz na periferia quando, na verdade, a situação pedia “sangue no raciocínio”. O próprio movimento negro se revelava um espaço complicado para estas discussões, já que estar associado ao “mundo do crime” não era uma opção para quem se equilibra na equação sempre precária do ativismo-enquanto-negro. A questão aqui não é embarcarmos na romantização perigosa do “mundo do crime” como espaço de insurgência radical, ou tentar encontrar uma agenda política entre os condenados da cidade, ainda que os intentos de viver fora dos domínios estatais (fora-da-lei) revelam, por si, uma agencia fugitiva. Estes exemplos apenas corroboram um diagnóstico óbvio por demais: nem radical nem insurgente, a antropologia ativista/militante/engajada se situa em um espaço no mínimo conciliador por demais.

Certamente não quero sugerir que todas as lutas urbanas negras operem às margens da lei senão que a antropologia que se quer militante/ativista/decolonial precisa lidar também com formas de ativismo fora do *script* tradicional de resistência. É aqui, no contexto da guerra contra as populações negras urbanas, que o antropólogo negro é confrontado com os limites e possibilidades da pesquisa ativista. A verdade é que a maioria das tensões que enfrentei no meu trabalho de campo diziam respeito à tensão ativismo-acadêmico-enquanto-negro. Como ativista, trabalhei com a comunidade, escutei suas aspirações e desenvolvi uma relação de confiança e de cumplicidade com suas agendas de luta. Seguindo o script, participei das suas atividades diárias, documentei suas várias estratégias, tracei o perfil dos principais atores e ofereci uma análise engajada da luta antirracista. Também participei de protestos, convidei membros da comunidade para conferências no campus universitário, e sofri junto perdas e frustrações. A antropologia ativista, inclusive, me preparou para os conflitos internos que enfrentei com as organizações com as quais trabalhei. Embora me abstenha de revelar as disputas e contradições de um movimento negro heterogêneo e com estratégias múltiplas de enfrentamento do genocídio (algumas organizações insistiam em negociar com a polícia e algumas mães enlutadas interlocutoras queriam apenas seus filhos ‘sem politizar suas mortes’, outras organizações eram incisivas em ocupar as ruas), se pode argumentar em defesa da antropologia ativista que as divergências são exatamente o que torna essa abordagem uma forma rigorosa e inovadora de produção de conhecimento. Afinal de

Por uma Antropologia fora da Lei – Jaime Amparo Alves – p. 6-20

contas, se reconhece o “conflito” como um aspecto constitutivo do conhecimento coletivamente produzido (Hale, 2007; 2008).

Aqui também reside uma especificidade do fazer-antropologia-ativista-enquanto-negro: se a autoridade etnográfica de pesquisadores ativistas brancos é validada por sua presença ‘desconstruída’ na disciplina e no campo, posicionamento crítico e engajamento não são suficientes para quem não raras vezes enfrenta deslegitimação na academia e desconfiança na quebrada. Se, invariavelmente, o privilégio branco se traduz em leniência (na academia e fora dela), a antropóloga nativa tem que lidar com a ‘microfísica’ do racismo antinegro em ambos contextos, traduzido em silenciamentos epistêmicos, infantilização e invalidação científica (essa menina pode produzir algo relevante?), e expectativas exageradas/dúvidas sobre seu engajamento político (este menino estaria fazendo carreira com nossa luta?). Afinal, “santo de casa não faz milagre”. Apesar dos custos emocionais e políticos, as dinâmicas intra-comunitárias podem representar uma vantagem à medida em que o antropólogo negro assume seu lugar liminar na disciplina e no mundo como espaço privilegiado para a produção de conhecimento rigoroso, testado e re-testado no fogo das lutas. Portanto, navegando com e contra a antropologia ativista, “longe de serem impeditivas, as tensões precisam ser entendidas como fontes importantes de sofisticação metodológica e percepção analítica” (Hale, 2007, p. 103-104) que, embora disponível a todo pesquisador ativista, assume uma dimensão mais radical no fazer-antropologia-enquanto-negro.

BATENDO EM RETIRADA?

Minhas respostas insatisfatórias a sujeitos entrevistados no “mundo do crime”, minhas frustrações com o reformismo de algumas das organizações com as quais trabalhei e minha presunção em ser mediador entre vítimas do terror policial e a burocracia estatal talvez encontrem eco nos desafios enfrentados por antropólogas companheiras, militantes e engajadas tentando conciliar dois mundos radicalmente distintos. Joy James e Edmund Gordon (2008) destacam as dificuldades de conciliação, argumentando que o que distingue o “sujeito radical” do “pesquisador ativista” é que, enquanto o último é um sujeito politicamente hábil que se equilibra entre a luta coletiva e a burocracia acadêmica, o primeiro é um “eu fraturado” sempre em crise, solitário, em uma eterna angústia entre

Por uma Antropologia fora da Lei – Jaime Amparo Alves – p. 6-20

posições irreconciliáveis. Embora o sujeito radical trabalhe na universidade, ele não a tem lealdade e não busca legitimidade entre pares acadêmicos. Sua escrita é deliberadamente opaca e seus interlocutores são os sujeitos perigosos habitantes dos submundos urbanos. A única maneira de a pesquisadora ativista se tornar verdadeiramente radical é saindo do meio acadêmico ou aceitando o “eu fraturado” como um lugar precário de possibilidades fugitivas. O “eu fraturado” é um sujeito móvel que busca constantemente fugir das amarras institucionais (James; Gordon, 2008, p. 371).

Apesar do meu ceticismo sobre as possibilidades radicais do sujeito fraturado, a crítica de James e Gordon refirma o lugar paradigmático daqueles de nós, em constante angústia, com um pé na academia e o outro na rua. Enquanto jovens na prisão e na favela me “pediam” para ser insurgente, minha agenda ativista endossava a política de direitos que a sociedade civil está mais disposta a aceitar⁸. Ainda assim, se minha impossibilidade/inabilidade em responder à interpelação feita pelo sujeito etnográfico *fora-da-lei* demonstra meu compromisso com os limites éticos que a nossa profissão exige, o choque de perspectivas também expõe os dilemas de uma forma muito específica de fazer antropologia. É verdade que algumas vezes, certa arrogância militante e impulsos de jovem pesquisador me cegaram para identificar o ativismo no marco da sociedade civil não necessariamente como uma capitulação à ordem, mas também como uma política da urgência que, embora contraditória e limitada, revela a tentativa desesperada de impedir as mortes pela polícia ou de trazer o morto (desaparecido) para casa. As periferias urbanas estão cheias de projetos engajados de antropólogas-ativistas em esforços legítimos de lutar junto e construir conhecimento com vítimas da violência do Estado.

Estas considerações ajudam, mas não resolvem os impasses da antropologia ativista que se propõe um projeto de descolonização radical. Não tenho a pretensão de resolvê-los aqui e, como a leitora já se deu conta, este texto reflete minha posição ambivalente (ou fraturada?) nesse universo de im/possibilidades. O que posso afirmar é que embora a gramática dos direitos seja um “terreno seguro” para o ativismo acadêmico em contextos de violência estatal, abraçar a insurgência negra nas margens urbanas para além do jargão acadêmico vazio e inconsequente da “descolonização da antropologia” pode, de fato, requerer *bater em retirada* dos espaços coloniais de privilégio e legalidade

⁸ Meu uso de aspas aqui tem como objetivo destacar minha interpretação do ceticismo dos meus interlocutores em relação a ativistas como eu, suspeitos por nossa relação/mediação com agentes estatais.

que nossa profissão nos confere. Se, nas palavras incisivas de Fred Moten e Stefano Harney (2013, p. 26), para sermos consequentes com nossa radicalidade precisamos aceitar que “a única relação possível com a universidade hoje é uma relação criminal”, os sujeitos fora-da-lei têm muito a ensinar aos sujeitos fraturados. Nesse sentido, é o antropólogo nativo negro, a partir do seu status sempre ilegítimo dentro e fora da academia, quem pode liderar a transformação da antropologia ativista, limpa e cheirosa, em uma antropologia transgressora, suja e perigosa. Pois bem, aqui reside a esperança de um fazer antropológico que, se não estiver disposto a pagar o preço da traição - já que morde, mas não decepa a mão que o alimenta -, pelo menos esteja disposto a se desvencilhar do regime de moralidade e da violência racial a que chamam *ordem*. A questão é: se não batemos em retirada, até onde podemos (e estamos dispostos a) sabotar a universidade? Se estiver dissociada da práxis insurgente, uma antropologia ativista contra a crueldade do nosso tempo não passará de uma antropologia do cinismo, da lamentação e da piedade. Em todo caso, se a antropologia não ajuda no projeto de *desordem*, que pelo menos não atrapalhe.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jaime. Foda-se a polícia! Formações estatais antinegras, mitos da fragilidade policial e a urgência de uma antropologia da abolição. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, n. 15, p. 1021-1045, 2022.

COHEN, Cathy J. Deviance as resistance: A new research agenda for the study of black politics. **Du Bois Review**: Social Science Research on Race, n. 1, p. 27-45, 2004.

HALE, Charles. In Praise of Reckless Minds. In: FIELD, Les; FOX, Richard (ed.). **Anthropology Put to Work**. New York: Berg Editorial, 2007.

HALE, Charles R. **Engaging contradictions**: Theory, politics, and methods of activist scholarship. Berkeley: Univ of California Press, 2008.

HARTMAN, Saidiya. **Scenes of subjection**: Terror, slavery, and self-making in nineteenth-century America. Durham: Duke University Press, 1997.

HARNEY, Stefano, and MOTEN, Fred. 2013. **The Undercommons**: Fugitive Planning and Black Study. New York: Minor Compositions, 2013.

JAMES, Joy; GORDON, Edmund. Afterwords. *In*: HALE, Charles. **Engaging Contradictions**. Theory, politics, and methods of activist scholarship. Berkeley: Univ of California Press, 2008, p. 371.

MARTINOT, Steve; SEXTON, Jared. The avant-garde of white supremacy. **Social Identities**, v. 9, n. 2, p. 169-181, 2003.

NORDSTROM, Carolyn Nordstrom; ROBBEN, Antonius. **Fieldwork under Fire**: Contemporary Studies of Violence and Survival. Berkeley: University of California Press, 1995.

SPEED, Shannon. Forged in Dialogue: Toward a Critically Engaged Activist Research. *In*: HALE, Charles. **Engaging Contradictions**: Theory, Politics, and Methods of Activist Scholarship. Berkeley: University of California Press, 2008.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. The primacy of the ethical: propositions for a militant anthropology. **Current Anthropology**, v. 36 n. 3, p. 409-440, 1995.

SPEED, Shannon. At the crossroads of human rights and anthropology: Toward a critically engaged activist research. **American Anthropologist**, 108(1), 66-76, 2006.

VARGAS, João. Activist Scholarship in Times of Black Genocide. *In*: HALE, Charles. **Engaging Contradictions**: Theory, politics, and methods of activist scholarship. Berkeley: Univ of California Press, 2008. 164-181.

WILDERSON, Frank B. **Red, white & black**: Cinema and the structure of US antagonisms. Durham: Duke University Press, 2010.

Recebido em: 26/08/24
Aprovado em: 07/11/24